

CORTESIA

IFCH - UNICAMP

O MERCADO URBANO DE ESCRAVOS(*) (CAMPINAS - SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX)

JOSÉ ROBERTO DO AMARAL LAPA
Departamento de História do IFCH

A hipótese central que nos levou a pesquisar o mercado urbano de escravos, tendo como campo de estudo a cidade paulista de Campinas, na segunda metade do século XIX, foi construída a partir da verificação da existência de uma possível estrutura diversificada desse mercado sobretudo para os escravos não qualificados e para aqueles que ainda que não tivessem atingido plenamente a sua etapa de idade produtiva ou ao contrário já a tivessem cumprido, uma vez que o desgaste médio de vida era relativamente rápido. Em ambos os casos eram depreciados, ocorrendo para os mais idosos, na maioria dos casos, uma curva descendente.

São portanto em princípio, as crianças e mulheres com filhos, bem como os idosos, que como escravos são mobilizados pelas classes populares num ativo mercado marginal, sobretudo antes da extinção do tráfico e possivelmente durante a grande imigração.

(*) Capitulo de um estudo mais amplo, intitulado Escravidão & classes populares, financiado pelo CNPq.

Dessa maneira, na medida em que a idade avançava, o desgaste físico acentuava-se e naturalmente passam a atuar de maneira negativa todos os demais fatores que influenciavam sobre o preço dos escravos, estes viam seu valor diminuir, permanecendo ou reagindo contudo em proporção à possibilidade de serem mais facilmente adquiridos por interessados de menor posse.

Na determinação do preço de um escravo entravam naturalmente inúmeras variáveis. Assim, o seu valor real estava condicionado conjuntamente ao mercado de trabalho (lei da oferta e da procura), especulação, o preço que tinha, quando posto no porto de desembarque, o atravessamento e a tributação que o oneravam até chegar ao proprietário que o comprava, em locais e datas bastante afastados do local onde o escravo chegava da África, isso para não se falar no custo de sua captura naquele continente, assim como do transporte no tumbeiro.

A esses fatores, juntavam-se ainda naturalmente aqueles inerentes ao próprio escravo, como saúde, limitações físicas e mentais, habilidade e qualificação profissional, idade e aparência, compleição física, sexo e número de filhos, quando casados, duração média de vida, origem étnica e geográfica, etc. Para o escravo colocado no lugar da compra, incidiam ainda os custos de manutenção e instalações, enquanto aguardava a venda, as condições de financiamento, pagamento e empréstimo para sua aquisição, etc. (01).

Tantas variáveis tornam bastante difícil o estabelecimento de médias confiáveis de preços de escravos, o que entretanto não nos impede de tentar visualizar a estrutura e o funcionamento do comércio e mercado que nos interessam.

(01) Sobre os preços de escravos: Kátia M. de Queiros Mattoso, Ser escravo no Brasil, p. 77; Hebert S. Klein e Stanley L. Engerman, "A demografia dos escravos Americanos" in Maria Luiza Marcílio (Org.), População e Sociedade, p. 213; Maria Luiza Marcílio, Rubens Murillo Marques e José Carlos Barreiro, "Considerações sobre o preço do escravo no período imperial: uma análise quantitativa" in Anais de História, nº 5, Fac. Filosofia de Assis, 1973.

Nessa linha, o que se procura recuperar aqui é tanto o escravo como "mercadoria", como força de trabalho.

A sociedade escravista apresenta uma estratificação que permite um comércio periférico, que atuava nas fimbrias do mercado de trabalho escravo, à margem do sistema de produção, mas por este tolerado e estimulado, uma vez que permitia a reabsorção de um permanente excedente de categoria profissional e produtividade inferiores, que caso contrário causaria insuportáveis tensões sociais e econômicas. Por outro lado, o aproveitamento permanente desse contingente de escravos assegurava o trabalho em benefício do próprio senhor e de outrem permitindo o funcionamento da sociedade como um todo, independente do escravo estar diretamente ou não engajado no sistema de produção.

Vejamos melhor como isso funciona. A rotatividade e renovação dos plantéis - através do tráfico - externo (enquanto durou) e interno - da grande produção agrária de exportação funcionava assim como fonte geradora desse "excedente" de escravos que eram reabsorvidos por uma outra faixa do mercado urbano e rural, nesse sentido marginal. Dessa maneira, assegurava-se sua reprodução, que entretanto condicionava-se até certo ponto ao mercado central de escravos de maior valor, nos momentos de expansão ou crise que este sofria.

O tráfico externo e interno destinava-se à reposição correspondente à demanda da grande lavoura. Os pequenos proprietários - rurais ou urbanos - não importavam e quando compravam diretamente os escravos de que precisavam dos negociantes estabelecidos que passavam pelo local, valiam-se mais das sobras da lavoura, que assim alimentava um fluxo permanente de força de trabalho escravo para as cidades ou para a pequena produção rural. Não chegavam, com certeza, a competir com a demanda da grande lavoura em termos de preços, nos leilões por exemplo, a não ser nos momentos de crise econômica. Mas, é claro que não deixavam em conjunto de pesar no comércio e nos preços. Entretanto, esse comércio de escravos não funciona num mecanismo simples de transferência da força de trabalho: os mais

produtivos para os grandes senhores e a lavoura, os pequenos produtivos para os pequenos senhores e a cidade. Oneram esse possível circuito, uma demanda em expansão e um processo de modernização que via tecnologia, representada pelas ferrovias e pelo avanço no beneficiamento do café, permitem alterações no mercado com deslocamentos de escravos para a lavoura, antes envolvidos no sistema de transportes e no tratamento do café⁽⁰²⁾.

Por outro lado o Estado tributava, pelo menos na década de 80, mais o escravo urbano do que o rural, muitas vezes o dobro, mostrando não apenas uma preocupação em favorecer a propriedade escrava na lavoura, como caracterizar a urbana como secundária em termos de produção. Esta atitude fiscal não escondia a competitividade que o mercado urbano de escravos ia adquirindo em relação à lavoura. O resultado desta arrecadação destinava-se ora ao fundo de emancipação (Lei 25 de 28/03/1884) ora para o serviço de imigração (Lei 26, de 29/03/1884, Lei 19, de 05/03/1885). Havia também os impostos municipais de captação anual. Uma resolução 61 da Câmara Municipal, de 20/04/1865, estabelecia para cada escravo de qualquer sexo ou idade vindo de outro município e vendido em Campinas o imposto de 10\$000, com multa de 15\$000 pela contravenção. Por outro lado, o comércio interno de escravos no município previa que todo aquele que por conta própria ou de terceiros fizesse uma profissão da venda de escravos pagaria o imposto anual de 300 mil réis, conforme a Resolução 35, art. 6º da Câmara Municipal de 29/05/1883.

Esse mecanismo funcionava naturalmente por força da necessidade de manter-se para a grande produção um nível ideal e conjuntural de força de trabalho, o que se resolvia no limite com a aquisição de novos e mais escravos que substituiriam as baixas e depreciações que o plantel normalmente sofria por causas naturais

(02) Cheyva R. Spindel, Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira, p. 37

já bastante conhecidas. Por outro lado, para o sistema, era de alto interesse que essas funções cumprissem sua finalidade, i.e., assegurar o controle social, mantendo ocupada e produzindo portanto, uma população escrava, que caso contrário, como vimos, não podendo ser absorvida pelo sistema de produção no seu núcleo central, devido a depreciação que sofrera, seria fatalmente expulsa, gerando tensões e problemas sociais, candidatando-se em potencial a uma espécie de lumpem-proletariado.

Assim, a ordem pública, o poder político e o reajuste das forças de trabalho, eram alcançados graças à dispersão sobretudo urbana dessa população escrava.

Embora a fizéssemos de maneira impressionista, observamos mesmo certo equilíbrio no mercado de trabalho escravo, i.e., tanto para compra e venda, quanto para o aluguel, os anúncios inseridos na imprensa contemplam igualmente a oferta e procura - "oferece-se" e "precisa-se" - o que significa considerar que o setor terciário sobretudo vê-se beneficiado pela atuação desses pequenos plantéis ou desses escravos isolados no meio urbano.

A exploração desse trabalho escravo na cidade, quer através do "ganho", do aluguel ou do trabalho por conta própria ou ainda o trabalho para o próprio senhor, tinha uma outra dimensão que pode até ter implicado em certa mediocrização da vida urbana em termos de serviços e disponibilidade de tempo, quando não atraso tecnológico.

Sabemos que o problema de manter o escravo ocupado era permanente, pois o tratamento que recebiam, o controle social e a segurança, na visão dos senhores, faziam com que no meio rural, como já foi observado por mais de um autor, vários escravos atendessem tarefas, que apenas um poderia perfeitamente dar conta, e às vezes com rendimento bem menor do que se fosse utilizado um meio mecânico, particularmente em certas tarefas ligadas a cargas e transportes.

Já no meio urbano, em algumas grandes cidades portuárias, colocava-se uma outra questão, ou pelo menos, em determinadas conjunturas, uma dimensão que também ocorria nas fazendas e sítios: era o desequilíbrio en-

tre o estoque de escravos e sua demanda, levando na cidade a uma feroz competição por parte dos escravos em busca de serviços. De um lado, os pequenos senhores de poucos escravos, que graças à sua localização sobrevi- viam com os seus cativos, precisando naturalmente am- bos ter portanto serviço e ganho permanentes, do que resultava um efeito de duas faces. De outro, todo o transporte de carga - que ia dos fardos pesados que exigiam muita força bruta dos escravos cargueiros e puxadores de carros, das pessoas que eram conduzidas em cadeirinhas suportadas por escravos, dos "tigres" que levavam barris com dejetos humanos para serem despejados fora da cidade, ou simplesmente carregados nos braços destes, até pequenos pacotes que poderiam ser levados numa mão, mas que eram conduzidos em enormes cestos. Tudo era feito pelos cativos(03).

Como bem observou Debret, esse setor de serviços obstaculizou a entrada de meios de transporte urbano mais eficientes e modernos para a época, entrvando o avanço tecnológico local e mantendo baixa a produtivi- dade, mas satisfazendo o ego dos homens livres, para os quais o aviltamento do trabalho era um fantasma permanente(04).

A renovação permanente dos plantéis até 1850, me- diante compra de escravos vindos da África e a partir daí, de escravos de outras regiões, particularmente para a lavoura, não só assegurava o provimento dos plantéis, como pelo visto mantinha um excedente de força de trabalho, que nas cidades devia implicar em serviço mais barato e mão-de-obra relativamente farta, pelo menos para permitir os serviços de ganho e alu- guel.

Ao contrário do sistema capitalista, onde a reser- va de força de trabalho mantém baixo o nível salarial e uma oferta assim generosa para os patrões, no escravidão essa disponibilidade de força de trabalho não

(03) Luis Carlos Soares, Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX, pp. 116/119

(04) Citado por Luis Carlos Soares, op. cit., p. 117

responde à demanda, pelo menos da grande lavoura, em termos de barateamento do escravo. São dois mercados paralelos, embora próximos e ligados, o que torna os grandes senhores senão indiferentes, pelo menos sem um interesse específico e voltado para a formação de uma reserva de escravos mais baratos e menos qualificados para a lavoura.

Antes da abolição do tráfico, o capital dos fazendeiros dirigia-se para a aquisição de escravos recém importados e depois para o tráfico interprovincial, capaz de satisfazer a renovação permanente do plantel. As dificuldades externas antes de 1850 e as internas depois, não parecem ter influido de maneira decisiva para que a grande lavoura desviasse de forma substantiva escravos do comércio periférico para atender suas necessidades.

Embora contribuísse para isso o fato de a lavoura não ter em princípio interesse em recrutar escravos de categoria profissional superior, para os trabalhos próprios de plantagem, é possível admitir-se que nos momentos de crise no mercado de trabalho, os fazendeiros conservassem mais o seu plantel, racionalizando a força de trabalho disponível, reutilizando escravos que normalmente já teriam sido substituídos.

Por outro lado, é justamente na segunda metade do século XIX, que a entrada massiva da força de trabalho livre estrangeira, destinou-se a corrigir o contraponto entre expansão cafeeira e contração do mercado de trabalho.

Assim e por isso, julgamos o período ideal para examinar os circuitos do comércio que nos atraem.

Assim como na economia de mercado capitalista o empregador dispensa incontinenti o operário desnecessário, no escravismo o princípio também é até certo ponto válido no sentido de que o senhor, em momentos favoráveis, descarte o escravo desnecessário para substituí-lo por outro mais produtivo, por economia ou mesmo diante de resistência ou rebeldia. Em ambos os sistemas torna-se irracional manter a força de trabalho ociosa ou menos produtiva, o que fatalmente conduz à sua dispensa sob as condições disciplinadas pela legislação pertinente ou mesmo à sua revelia. Entretanto

to, no escravismo há um fator diferencial que é o dos senhores de maior posse, por manutenção de status social, nível de riqueza e mesmo segurança terem e manterem um plantel além de suas necessidades de produção.

De qualquer maneira, essa despesa supérflua que naturalmente requer estratégias de ocupação permanente para os escravos dispensáveis, a fim de evitar problemas que possam fugir ao controle social, não devia influir decisivamente na estrutura e funcionamento desse comércio periférico. De um lado, os circuitos correm paralelos às transações do comércio central do mercado de trabalho. Os negócios de compra e venda efetuavam-se em sua maioria entre proprietários que usufruíam do trabalho escravo, sem intermediação de terceiros. De outro lado, a intermediação funcionava desde que o mercado comportasse condições de compra e venda com estoque e oferta permanentes da parte dos negociantes de escravos, como iremos verificar.

É de registrar-se ainda que o calendário agrícola alternava picos de trabalho com períodos mais tranquilos, quando os proprietários dependendo do número de escravos que fossem obrigados a ter, mantinham-os nesse tempo subocupados.

Os negociantes de escravos para revenda escolhiam naturalmente as melhores "peças", de fácil colocação no mercado, o que possivelmente excluía os tipos depreciados de escravos, que são justamente, aqueles que interessam ao nosso estudo.

A esse tipo de seleção, acresce-se o fato de que negociavam com lotes - quantidades de escravos - e mais para o meio rural, sendo itinerantes, o que é claro não impedia a existência desse tipo de comércio não só nos portos de desembarque de escravos, como nas cidades do interior, onde eram costumeiros os leilões com partidas de escravos recém chegados ou então havia mesmo venda permanente em determinados estabelecimentos que a isso se destinavam e que ainda vão ser objeto de nossa preocupação.

Quanto à negociação direta entre proprietários de escravos - vendedores e compradores - funcionava pelos circuitos das informações locais e depois do apareci-

mento da imprensa passou a valer-se também dos anúncios classificados, para estabelecer os contatos entre a oferta e a procura de escravos isolados e de menor preço. Embora esses anúncios estejam mais voltados para contemplar o comércio de escravos com certa qualificação e portanto nem sempre destinados às classes populares, nosso objeto principal de atenção refere-se também aos escravos de pouca qualificação profissional destinados quer aos serviços domésticos, quer à lavoura. Por esses e outros motivos são os anúncios classificados que constituíram uma das nossas principais fontes de pesquisa.

Para o comerciante de escravos o negócio era viável desde que não precisasse conservar a "mercadoria" muito tempo em "estoque", pois nesse caso, a sua manutenção encarecia e tornava mais difícil a venda pelo preço elevado. De qualquer maneira, é também possível que comprassem escravos não qualificados e de menor valor, para incluí-los nos "lotes" à venda ou simplesmente tentassem colocá-los individualmente - não em leilões - durante a sua permanência na cidade.

Os motivos invocados para justificar as vendas de escravos, via anúncios de jornal, são variados. Alguns denunciam uma preocupação de convencer o leitor de que se trata de uma oportunidade excepcional, quando até os preços foram abaixados pelo vendedor diante da emergência em que se encontra. Não deixa de ser uma certa tática de venda, aliás comum hoje nos jornais da mesma Campinas, cidade que conta com mais de um milhão de habitantes, onde houve forte penetração de estrangeiros, que em sua maioria, para os moradores locais das classes populares, são americanos. É comum encontrar-se no jornal anúncio de "família de americanos", que está de partida para o exterior e por isso precisa vender toda mobília e pertences da casa, o que esconde geralmente vendedores profissionais querendo empurrar sua mercadoria...

Na Gazeta de Campinas do século XIX, o motivo de viagem aparece com frequência, como foi o caso de Sebastião Fialho da Bahia que estava para seguir para Sorocaba e por isso precisava com urgência vender seus 7 escravos, sendo quatro adolescentes, de 16 a 20 anos

e 3 de 9 a 11 anos. Um anúncio possivelmente dirigido aos proprietários rurais e aparentemente de alguém que ia mudar-se da cidade. Entretanto, um ano depois lá estava ele de novo, de viagem para Sorocaba vendendo "escravos por todo preço" (Gazeta de Campinas, 12-6-1870, p. 3 e 6-7-1871, p. 2), o que nos leva a crer tratar-se de um vendedor itinerante que circulava pelo interior colocando os seus escravos. Também o motivo alegado de viagem aparece no anúncio de Pedro Pereira Sampaio, de volta para a Bahia (talvez para ir buscar mais escravos), vendia 11 escravos seus, sendo "duas pretas de muito préstimo, que se dará para experimentar" (Gazeta de Campinas, 12-6-1870, p. 3). A prática do vendedor ceder o escravo para ser experimentado pelo pretendente à compra era comum. Procurava-se assim eliminar ou diminuir as possibilidades, do "objeto da transação" não corresponder à expectativa e necessidade do comprador, como ao preço solicitado.

Às vezes o motivo da venda é apenas insinuado "não desagradará o comprador" (Gazeta de Campinas, 30-4-1878, p. 3).

O conhecimento de que dispomos sobre o comércio e o mercado de escravos tem ficado muito no nível descritivo, o que se pode compreender possivelmente pela carência de fontes, o que leva apenas a identificar locais, tratamento, agentes e pouco mais do que isso.

Dessa maneira, criaram-se idéias generalizantes que levam a conclusões do tipo de que não era tão difícil ter um escravo, dado que a reposição que o tráfico manteve enquanto durou, provocou uma suposta oferta excedente, o que significa dizer que os grandes plantéis ligados à lavoura permitiam com a média regular de sua reposição, dispensar para o mercado de escravos uma quantidade razoável em caráter permanente. Essa rotatividade, como dissemos antes, dava naturalmente em consequência uma disponibilidade de força de trabalho de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª categorias, cujos preços caíam e por isso mesmo davam para responder a vários níveis de poder aquisitivo e de atividades econômicas.

Entretanto, essa verificação envolve questões que só atentas pesquisas poderão melhor esclarecer. Estu-

dar, isto é, recolher informações sobre preços de escravos, poder aquisitivo, nível de renda, conjunturas de expansão e crise, estrutura do mercado são tarefas que ainda esperam os pesquisadores da escravidão. Em relação às modalidades de trabalhos destinados ao escravo urbano - aluguel e ganho - as pesquisas têm revelado a presença significativa de pequenos proprietários pobres ou remediados que optam por essa exploração, por motivos que vão da própria subsistência à falta de condições e oportunidades econômico-sociais para exercerem trabalho lucrativo ou investirem suas economias⁽⁰⁵⁾. Nessa categoria aparecem também segmentos das classes médias como profissionais liberais, funcionários públicos, comerciantes, artesãos, etc.

Nesse sentido, com o considerável avanço que o conhecimento sobre o escravismo brasileiro teve à volta do Centenário da Abolição, acreditamos terem melhorado as condições para pesquisas nessa direção. A descoberta de novas fontes, a organização dos dados estatísticos, o debate abrangente e o levantamento de novas questões e abordagens, oferecem perspectivas amplas de estudo.

Este texto propõe-se explorar algumas dessas perspectivas.

Mas, vamos nos aproximando mais do nosso objeto de estudo, que é a cidade de Campinas, na segunda metade do século XIX.

Polo da expansão cafeeira na região, Campinas tinha uma população escrava que praticamente há um século, desde que ali se estruturara o ciclo produtivo do açúcar, vinha crescendo continuamente.

No período que privilegiamos para estudo, o comércio de escravos na cidade e na região tem que ser entendido em sua intensificação a partir das transferências interprovinciais e intraprovinciais, que mostram a capacidade da organização escravista do Oeste Paulista em resistir e fortalecer-se⁽⁰⁶⁾.

(05) *Idem, ibidem*, p. 128.

(06) Cheyva R. Spindel, *op. cit.*, p. 37.

Nesse contexto histórico, de transição e contradições, i.e., com a emergência de novas forças produtivas, representadas pelos imigrantes, portadoras de novos valores e comportamentos, resvalando na massa escrava que se agitava num cenário urbano refletindo no seu desenvolvimento a contínua expansão do café, vamos recortar e tentar entender, como vivem os senhores de poucos recursos e os seus escravos.

Vamos estudar o comércio de escravos em Campinas portanto, tendo em conta vários níveis: o local, o regional e o nacional. Os anúncios classificados publicados pela Gazeta de Campinas e pelo Diário de Campinas permitem-nos verificar a amplitude geográfica em que se processa esse comércio, atuando a cidade, pelo menos em termos regionais, como um polo redistribuidor do mercado de escravos.

Compreende-se melhor essas dimensões se atentarmos para o fato de um levantamento que procedemos em anúncios de compra e venda e de fuga, atingir em relação a Campinas a seguinte constelação de cidades do interior do estado, próximas ou distantes que mostram intensa circulação intraprovincial: Amparo, Araraquara, Brotas, Capivari, Casa Branca, Franca, Guaratinguetá, Iguape, Indaiatuba, Itatiba, Itapetininga, Itú (Constituição), Jundiá (Bethlem de Jundiá), Lençóis, Limeira, Monte-Mor (Água Choca), Araras (Patrício das Araras), Pedreira, Pinhal, Piracicaba, Porto Feliz, Rio Claro (São João de Rio Claro), São Bernardo, Pinhal (São Carlos do Pinhal), São Paulo, Serra Negra, Sorocaba, Valinhos, Vila do Patrocínio.

Se na verdade essa relação tem muito a ver com a fuga de escravos, assunto que vamos abordar em outro momento, por outra feita a explicitação do local de procedência do escravo, que inclusive pode ser o de sua naturalidade, envolve áreas bem mais distantes, mostrando de um lado a força de Campinas como praça de escravos e de outro a grande mobilidade que havia no comércio de escravos em todo o país.

As compras em locais distantes ou melhor a procedência de escravos que trabalham ou eram vendidos em Campinas e originários praticamente de todo país, leva-nos a acreditar que na maioria das vezes não eram

transações diretas, i.e., de um comprador da cidade que fosse até o Rio Grande do Norte para trazer o seu escravo ou de um vendedor que de lá viesse com esse objetivo, mas simplesmente seria uma seqüência de transações que ao longo do tempo acabaram por fazer com que um escravo do Rio Grande do Sul viesse parar no "Oeste Paulista". Entretanto, devemos reconhecer que as distâncias vencidas eram muito grandes para os negociantes itinerantes de escravos que palmilhavam o território em busca de escravos à venda, particularmente depois da extinção do tráfico, para a seguir procurar as praças mais favoráveis para colocá-los. Faziam assim um comércio de mão-de-obra que acaba de alguma maneira por atender a demanda praticamente em todo o país⁽⁰⁷⁾.

Para os locais tradicionais de vendas (leilões) de escravos, onde era possível encontrar com mais facilidade escravos africanos, particularmente para o Rio e Santos, muitos senhores de Campinas, com mais posse ou seus correspondentes e enviados deviam dirigir-se também, mesmo depois de extinto o tráfico. Nesse sentido, os casos são inúmeros, como por exemplo de Ambrósio, de nação Angola, que foi comprado da firma "Fragghiad & Redeanachi" (Gazeta de Campinas, 6-3-1870, p. 3), que aliás aparece mais de uma vez como vendedora; de Jerônimo, este crioulo noticiado na mesma data, de Ladislau e vai por aí. Esses negociantes costumavam ir à corte buscar escravos sob encomenda, Antonio Teixeira Marinho quando chegou com 19 escravos, encarregado que fora de consegui-los para José Júlio de Barros "foi barbaramente assassinado por um deles" (Gazeta de Campinas, 14-6-1874, p. 2). Grande partida de escravos - eram 47 de ambos os sexos - foram trazidos do Rio por

(07) Sobre essa rede comercial, que chega a atravessar o país em diferentes direções, com a descrição dos procedimentos que formalizavam as transações, nas quais o objeto era o escravo, dispomos de estudos que nos permitem conhecer as condições em que se operava o tráfico interprovincial (Cf. Sidney Chalkoub, Visões da liberdade, pp. 43/65).

Eugenio Silveira e Joaquim José de Oliveira, colocando-os à venda na rua do Teatro, entre as ruas de São José e Bom Jesus (Gazeta de Campinas, 24-1-1875, p. 3). Joaquim Bonifácio do Amaral, Visconde de Indaiatuba, proprietário da fazenda Sete Quedas comprava escravos no Rio vindos de outros pontos do país (Gazeta de Campinas, 3-12-1874, p.3). Aliás, Antonio Américo de Camargo, proprietário da mesma Fazenda Sete Quedas (em outra época) comprava escravos de Amorim & Cardoso, de Pernambuco, passando as escrituras no Rio de Janeiro (Diário de Campinas, 1-12-1875, p.3).

Mas o que realmente predomina é a variada procedência, que permite mapear, como dissemos, praticamente todo o país em termos da origem dos escravos que eram comercializados em Campinas. Aqui, origem ou procedência não significa necessariamente naturalidade, pois o tipo de informação com a qual geralmente trabalhamos não dá o local de nascimento, o que se esclarecido poderá trazer informações fundamentais para outros estudos. Entretanto, só outro tipo de fonte, possivelmente "as listas nominativas de habitantes" e os "mapas de habitantes" do Arquivo do Estado de São Paulo é que poderão fornecer-nos essa informação. Eis a relação de cidades e províncias (pois nem sempre menciona-se a cidade) não exaustiva evidentemente, que conseguimos fazer: Maranhão, Ceará, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Maceió (AL), Santo Amaro (AL), Sergipe (MS), Bahia, Loiras (BA), Corumbá (MS), Goiânia (GO), Espírito Santo, Minas Gerais, Uberaba (MG), Camandocaia (MG), Pouso Alegre (MG), Ouro Fino (MG), Borda da Mata (MG), Lazaros (MG), Vassouras (RJ), Magé (RJ), Campos (RJ), São Paulo (Capital), Diamantina (MG), Campo Alto (PR), Santa Catarina, Rio Grande do Sul (era fornecedor de escravos crioulos) - (Gazeta de Campinas, 20-2-1870, p. 3), Caçapava do Sul, Santa Teresa do Parati, Vila do Largato. Esse mapeamento corresponde em sua extensão territorial, de certa maneira, à verificação que já se fez de que a maioria dos escravos de Campinas era nascida no Brasil (08).

(08) Peter L. Eisenberg, Homens esquecidos, p. 273.

Chama-nos a atenção nesta lista o número freqüente de cidades mineiras que aparecem, o que em princípio pode significar realmente um fluxo de escravos para as fazendas de café paulistas, o que viria recolocar a discutida tese da vinda de muitos escravos dessa região e do Nordeste, após a extinção do tráfico, para as fazendas de café no "Oeste Paulista".

Campinas atraía pelo seu mercado de trabalho como vimos, proprietários e comerciantes de escravos de outras localidades, que para lá se dirigiam por encontrar maior facilidade de compra e venda de cativos. Assim, esse comércio é muito ativo na época que estudamos. A mobilidade de escravos que estimulava, não apenas era nacional - não há praticamente região do país que não tivesse tido contato com a cidade - como regional também.

Assim, a cidade funcionava como praça comercial, para os vendedores, pelo potencial de seu mercado, levando interessados particulares até mesmo isoladamente, a trazerem seu escravo para ali ser vendido, como foi o caso de Antonio Pinto de Campos Freitas Cardoso, morador em Indaiatuba, que trouxera seu escravo Ludge-ro, deixando o Juca Samambaia como encarregado de sua venda em Campinas (Gazeta de Campinas, 20-02-1870, p.3).

A cidade tinha assim um comércio itinerante que por ali transitava com freqüência, como um comércio permanente estabelecido na praça, para atender o movimento do mercado, que nem sempre podia aguardar a passagem de um traficante, ainda que esta pudesse ser marcada pela sua periodicidade.

A matéria veiculada pelos jornais locais, particularmente os anúncios, permite ter uma idéia de como funcionava esse comércio, bem como do seu volume, que em 1876, por exemplo, compreendeu 892 escravos vendidos na cidade, alcançando um total de 1:369.616\$000, o que daria um preço médio de 1:535.439 por escravo (Gazeta de Campinas, 07-06-1877, p. 1).

Além das transações que se faziam com regular freqüência na cidade, alimentando o movimento natural do mercado de escravos, i.e., a venda de um escravo apenas, feita diretamente do vendedor para o comprador,

havia os negócios feitos por negociantes de escravos, estabelecidos ou não no local, trabalhando por conta própria ou representando firmas especializadas. Para as primeiras, podia haver o anúncio e em consequência o contato direto entre os interessados, como também podia figurar um intermediário, negociante ou não de escravos. Assim, para as pessoas que residiam no meio rural, era mais cômodo, desde que não quisessem entregar o escravo para um vendedor profissional, tendo que pagar corretagem para tanto, entregar ou citar um nome e endereço na cidade, como referência, onde a transação podia ser tratada. Este foi o caso, por exemplo, do fazendeiro Julio Cesar de Cerqueira Leite, que entregou a Joaquim Galvão de Campos, 11 escravos seus para venda, os quais podiam ser vistos na casa do vendedor (Gazeta de Campinas, 31-10-1875, p. 3). O fato de aparecer com certa freqüência o endereço de hotéis para esse tipo de negócio, pode significar que o vendedor estivesse hospedado num hotel da cidade, enquanto esperava efetuar a venda do seu escravo. Como esses anúncios mencionavam normas e/ou endereços para tratar ou simplesmente obter informações sobre o escravo (em tal local "indicará quem tenha crioulos recém-chegados", Gazeta de Campinas, 1285, 27-3-1879, p. 3) acreditamos na possibilidade de que no primeiro caso, o vendedor mantinha de alguma maneira o escravo acessível ao exame dos compradores, enquanto estivesse na cidade, ou então depois de seguir viagem poderia até mesmo deixar no hotel, talvez em troca dos serviços que o escravo prestaria ali ou de outra espécie de pagamento, enquanto não se efetuava a venda, uma vez que os hotéis empregavam escravos em vários dos seus serviços, como na copa, cozinha, etc. Os hotéis que mais aparecem nesses casos são Hotel União (no Largo de Santa Cruz), Hotel Oriental (Rua da Conceição, 27, atual Dr. Quirino), Hotel do Comércio, estes às vezes oferecendo quantidades razoáveis, Hotel das Europas (com certeza é o mesmo Hotel Europa, de propriedade dos Villac, um casal de suíços-franceses, que aparece em documentos da época) e Hotel da Estrada de Ferro.

Mas, também um proprietário de passagem poderia deixar o escravo com um parente, amigo ou mesmo um

vendedor, que nesse caso serviria de intermediário, possivelmente em troca do trabalho do escravo durante o tempo em que aguardasse a venda.

De qualquer maneira, esse tipo de informação registra geralmente um estabelecimento comercial, com o qual os interessados devem contactar. Esses estabelecimentos tinham variada natureza, ora um escritório (R. Luzitana, 73), uma tipografia, uma padaria (Rua Direita, 36, atual Barão de Jaguará).

O fato de dar-se um endereço apenas, para informação de onde se encontrava o escravo à venda poderia também encobrir outro local, proibido para tal tipo de comércio.

Vendedores de escravos, vindos de fora, costumavam parar algum tempo na cidade para tratar de negócios e promover a venda dos cativos que traziam em seu comboio. Possivelmente, aqueles de menor recurso, ficavam até alojados próximos aos seus lotes de escravos, no caso no Largo de Santa Cruz. Já os que podiam, hospedavam-se em casas de pensão ou hotéis, onde com mais conforto tinham oportunidade de conviver de certa maneira com a sociedade ou fazer contactos e obter facilidade maior para o tipo de negócio que tinham.

Comprova-se tal, num anúncio de uma casa (pensão) que de maneira minuciosa e idílica relaciona as vantagens que teriam seus hóspedes no endereço da rua Onze de Agosto com Barreto Leme (09).

(09) Pelo interesse que guarda o relacionamento dos tipos de pensionistas que poderia receber e dos serviços que oferecia, transcrevemos o anúncio desta casa de pensão, localizada numa das partes altas da cidade, onde possivelmente na época a ocupação ainda não era tão densa. O anúncio foi publicado no Diário de Campinas nº 98, de 18-1-1876, p. 3.

"Casa particular

Rua Onze de Agosto, esquina do Barreto Leme

Esta casa, situada em um lugar saudavel e agradável, e tendo bons commodos, o seu proprietário resolveu dar accomodações á qualquer familia que queira vir passear, ou tomar ares ou tra-

A questão da prestação de serviço pelo escravo durante o tempo em que permanecesse à venda, não conseguimos esclarecer a contento. Se para os negros recém chegados da África e colocados no mercado de escravos à espera da venda havia maior cuidado em prepará-los um mínimo para tanto, e segundo as informações que nos chegaram não destinavam esse tempo de espera ao trabalho, é claro que o escravo já aqui aclimatado ou mesmo nascido no Brasil, não podia ficar ocioso, durante esse período, pois além de continuar consumindo e requerer vigilância, deixa de produzir, o que para o dono somava considerável prejuízo. Assim, durante esse período, por menor que fosse, mesmo de pelo menos um dia, a sua alocação em serviço, que não implicasse em afastamento demorado do local da venda, devia fatalmente ocorrer. O resultado desses serviços seria considerado tanto para o preço final da venda, quanto para efeito da quantia a ser paga ao vendedor.

Este proprietário do escravo até o momento da transação, podia até, em determinados casos, usufruir diretamente do trabalho e do lucro por ele obtido, desde que isso não lhe prejudicasse a venda, i.e., fossem trabalhos efetuados no próprio local ou próximos, a fim de que o escravo estivesse ao alcance de um exame por parte dos compradores interessados.

Como possivelmente a afluência dos compradores fosse maior em seguida à publicação dos anúncios e durante todo o dia, tinha-se que manter o escravo ocupado durante esse tempo, preferentemente em atividades necessárias e lucrativas.

(09) (cont.)

tar-se de incomodos de saúde, garantindo às pessoas que o quizerem honrar, que entram em uma casa séria e honesta e por preços muito commodos. Também tem commodos para qualquer pessoa que venha a esta cidade tratar de negócios ou fazer qualquer venda de gêneros e escravos; também fornece comida e dormitório a homens solteiros, por preços baratísimos.

Nesta casa dá-se comida aos pratos para trabalhadores; tem bom café, chocolate de cacão e man-comida para fora"

Quando aos estabelecimentos que comerciavam escravos ou tinham essa como atividade principal, são vários e comparecem regularmente nos anúncios. Esse comércio permanente justificava-se pela própria estrutura do mercado de escravos em Campinas, tendo em vista naturalmente sobretudo os interesses da lavoura.

Ao que tudo indica esses negociantes mantinham escravos de sua propriedade ou de outrem, em estoque. Esse é o caso de Manoel Francisco Mendes que anunciava compra e venda de escravos, podendo também receber em consignação para a venda por conta de "módica porcentagem..." (Gazeta de Campinas, 10-10-1875, p. 3). Outro não é o caso dos senhores "Franco e Adão", que também tinham escravos à venda (Gazeta de Campinas, 10-04-1870, p. 3) ou um certo "Amigo Fidelis", cuja casa à Rua do Pórtico, 41 (atual Ferreira Pentead) freqüentava os anúncios da Gazeta, como endereço para venda dos escravos, às vezes com partidas grandes como a de 22 escravos que oferecia em 1875 (Gazeta de Campinas, 2-5-1875, p. 3). Nessa mesma rua do Pórtico nº 56 havia também venda de escravos (Gazeta de Campinas, 4-12-1877, p. 3). O sr. Firmino Tamandaré de Toledo anunciava ter informações sobre a venda de "1 lote de 10 lindos e perfeitos moleques de 21 a 26 anos, sadios e sem defeitos físicos nem vícios, são de bonita figura, habilitadíssimos para todo serviço e de bom comportamento, escravos vindo de fora" (Gazeta de Campinas, 31-3-1878, p. 4).

Esses locais de venda, ainda que naturalmente possibilitassem acelerar a rotatividade do seu "estoque", ofereciam sempre partidas de escravos: Lino Plácido Soares, morador à rua Luzitana, oferecia à venda 5 moleques, variando de 13 a 15 anos, além de outros dois (Gazeta de Campinas, 8-1-1876, p. 2). Aliás, na mesma rua e época havia outra oferta de 7 escravos (Gazeta de Campinas, 22-1-1876, p. 3). É possível que os negociantes locais houvessem comprado grande partida de escravos de algum vendedor que passava pela cidade, pois na Rua do Pórtico, 69, havia mais 5 escravos à venda (Gazeta de Campinas, 15-2-1876, p. 3), enquanto que na rua da Cadeia nº 33 (atual Antonio Pompeu) portão largo, vendia-se "um bonito lote de vinte e tantos

crioulos, peças especiais de 13 a 20 anos. Entre eles há 2 peritos cozinheiros de forno, fogão e massa, um peão e bom domador e um lindíssimo pagem" (Gazeta de Campinas, 11-11-1877, p. 3). Esse endereço da rua da Cadeia nº33, é freqüente nos anúncios de venda oferecendo sempre lotes de escravos como em 19-9-1878, quando tinha crioulos jovens "todos peças especiais de lavoura" (Gazeta de Campinas, 29-12-1878, p. 2) um "bonito lote de crioulos de 13 a 22 anos". Aliás, também o da rua do Pórtico nº69 é de um vendedor profissional.

Nesse endereço que ficava na esquina da rua Luzitana, Manoel Francisco Alende comprava e vendia escravos, além de recebê-los em consignação para a venda por conta de terceiros, mediante módica porcentagem, tendo para esse fim acomodações na cidade quanto fora dela (Diário de Campinas, 10-10-1879).

Em Campinas o tipo de estabelecimento que comerciava escravos aparecia também com o nome de "Agência Geral de Negócios", tratando de todo gênero de negócios envolvendo venda de escravos, de gêneros, aluguel de escravos, averbações e baixa por falecimento dos mesmos, etc., etc., mediante módica contribuição (Gazeta de Campinas, 17-9-1878, p. 2), como a Agência Geral de Negócios de Monteiro e Almeida Pinto (Gazeta de Campinas, 3-1-1879, p. 3).

Esse comércio regular de escravos, feito de portas abertas, com direito a anúncio de jornal, era sobretudo representado pelas casas de comissão, que recebiam escravos para serem vendidos, mediante uma comissão a ser paga pelo senhor e naturalmente estabelecida previamente.

Assim, tanto interessados locais na venda, profissionais ou não, tendo por algum motivo dificuldades para aguardar ou efetuar a transação, podiam valer-se de uma "Casa de Comissão de Escravos". Mas devia ser sobretudo para pessoas residentes fora e negociantes (traficantes) de escravos, que se tornava interessante essa intermediação.

Para o período que estudamos é impressionante o número de anúncios de venda de escravos, demonstrando o potencial do mercado local. Fora a venda individua-

lizada, possivelmente pelo próprio proprietário, como já dissemos, é a venda de lotes que mais chama a atenção. Portanto, quantidades que deviam atrair mais os grandes proprietários rurais ou os senhores urbanos de mais posse.

A venda de escravos em estabelecimentos locais não estava concentrada, embora aparecessem anúncios de mais de um vendedor numa mesma rua, como é o caso da Rua Regente Feijó, 59, que oferecia bonitas partidas de escravos por preços razoáveis (Gazeta de Campinas, 5-9-1876, p.3 e 17-12-76, p.3), enquanto no número 92 da mesma rua temos também outro negociante anunciando "Vende-se uma ponta de 19 escravos moços, sendo 3 pretos e 16 bonitos moleques e pretos... prazos de 4, 8 ou 12 meses" (Gazeta de Campinas, 2-5-1877, p. 2).

Assim, para continuarmos citando apenas alguns exemplos: na rua do Regente Feijó nº 39, vendia-se "12 bonitos escravos de 12 a 20 anos, todos do Ceará" (Gazeta de Campinas, 22-6-1878, p. 2). Nessa mesma rua no nº 146, oferecia-se um bonito lote de escravas "próprias para o serviço de lavoura, entre as mesmas, algumas prendadas e bonitas negrinhas para pagem de criança" (Diário de Campinas, 01-08-1880, p. 3). Já na padaria que ficava na rua Direita (atual Barão de Jaguará) nº 36, vendia-se "uma família de escravos composta de 3 pessoas... por preço baratíssimo" (Gazeta de Campinas, 20-8-1878, p. 3). No escritório comercial da Rua Direita nº 40 (atual Barão de Jaguará) oferecia-se escrava para alugar ou vender (Gazeta de Campinas, 16-4-1879, p. 2)⁽¹⁰⁾.

(10) Para o pesquisador mais interessado num levantamento desse comércio de escravos, algumas indicações de números de A Gazeta de Campinas, nos quais há anúncios de vendas individuais ou coletivas de escravos: 1308 de 26-4-1878; 150 de 25-3-1879; 1595 de 15-4-1879; 1634 de 31-5-1879; 1641 de 8-6-1879; 1642 de 10-6-1879; 1663 de 6-7-1879; 1674 de 19-7-1879; 1699 de 18-8-1879; 1734 de 28-9-1879; 1750 de 17-10-1879; 1752 de 19-10-1879; 1775 de 16-11-1879; 1807 de 25-12-1879.

A mesma frequência de anúncios pode-se praticamente verificar no Diário de Campinas.

O que se nota é que embora a Câmara procurasse disciplinar e até confinar os locais (estabelecimentos ou residências) que colocavam escravos à venda, esse tipo de comércio era generalizadamente praticado por toda a cidade. Os endereços que aparecem na imprensa são tantos, que praticamente não há rua que neles não apareça pelo menos uma vez. Contudo as ruas do Comércio (atual Dr. Quirino), Regente Feijó, Direita (atual Barão de Jaguará), do Caracol (atual Benjamim Constant), General Osório, Largo da Matriz Velha são as que parecem deter maior número de vendedores.

Esses anúncios apregoam a qualidade profissional do escravo, faixa etária, aparência física, etc. A procedência é mencionada muitas vezes: "chegados a pouco da corte" (Gazeta de Campinas, 31-05-1879, p. 3), "12 bonitos escravos de 13 a 20 anos, todos do Ceará" (Gazeta de Campinas, 22-6-1878, p. 2).

Os compradores interessados não queriam nem podiam comprar o escravo sem vê-lo e/ou experimentá-lo no trabalho a que se destinava, ou de outra maneira, daí ter-se que colocar esse escravo em certa disponibilidade, i. e., acessível ao comprador.

Aquele que vendia e morava no perímetro urbano (os anúncios sempre proclamam locais para tratar ou ver dentro da cidade, o que significa dizer que se dava a oportunidade do escravo ser examinado diretamente por parte do comprador ou pelo menos do contacto primeiro com o intermediário) podia em princípio não ser tão difícil efetuar a transação, mas ainda assim é possível admitir que o vendedor não quisesse, por vários motivos, que a operação se desse em sua residência ou local de trabalho: evitar o movimento dos compradores, atrapalhar a rotina de vida no local, constranger os circunstantes, etc. Nesses casos, seria interessante encarregar aquele intermediário da venda, mesmo que não pudesse dispor diretamente do trabalho do seu escravo. Aos que morassem fora do perímetro urbano, mas relativamente próximo, a Casa de Comissão podia também servir para os primeiros contatos, uma vez que devia ser sempre oneroso trazer o escravo à cidade e aguardar a sua venda.

Mas, para os que moravam distantes e para os negociantes traficantes, é que essas casas deviam representar boa alternativa. Nesse sentido, os que eram apenas senhores, não costumando comerciar, traziam o escravo à venda entregando-o àquele intermediário, que seria responsável pela sua manutenção (alimentação, vestuário, saúde, abrigo, etc.), durante o tempo em que ali permanecesse, mediante naturalmente um ajuste ou a inclusão dessas despesas na comissão que seria cobrada do vendedor. Para receber escravos em consignação, esse tipo de negociante estabelecido tinha que requerer licença e a fiscalização municipal era sempre reclamada a agir nesse sentido. Aliás, mesmo para o comércio itinerante de escravos, a licença era indispensável, pois a arrecadação do imposto municipal era feita, independente do comerciante vender ou não o seu escravo (Gazeta de Campinas, 21-7-1877, p. 2), o que também podia ocorrer por procuração, substabelecimento e escritura.

Ao traficante, desde que onerasse o lucro esperado, permanecer na cidade além do tempo necessário à venda, era desinteressante, o que o levava a entregar o escravo para venda, enquanto possivelmente prosseguia a sua viagem cumprindo assim outros circuitos comerciais pela região, apazando a data de sua volta, quando seriam feitos os acertos com a Casa de Comissão, tivesse ou não efetuado a venda. Antes desse percurso, ao negociante que viajava com seus comboios de escravos era possível e interessante economicamente também ao chegar, permanecer na cidade, tentando a venda direta, sem intermediários, nos locais e condições disciplinados pelas posturas municipais.

Aliás, o Código de 1864 previa, como vimos em outro capítulo, que o comboieiro recém chegado devia obedecer uma quarentena de 40 dd. até poder entrar com seus escravos na cidade⁽¹¹⁾.

(11) O isolamento tão prolongado dos escravos recém chegados ao município, quando o comum era bem menos tempo, possivelmente foi motivado por ameaças de epidemias, que se apresentavam na época. Assim, rezava o Artigo 46 do referido Código, que "Os comboieiros e

Várias questões ainda se colocam nesse tipo de comércio. Para todos - compradores, vendedores e intermediários - a expectativa de lucro, as regras do mercado no que diz respeito ao custo da manutenção do escravo durante esse período, deviam ditar a necessidade da rapidez com que se precisava efetuar a transação, caso contrário se tornaria desinteressante. Em todo o caso, a partir do momento em que as normas de saúde pública passaram a exigir a quarentena dos escravos recém-chegados, os comboieiros precisavam providenciar alojamento, possivelmente provisório, para os seus escravos durante esse período, fornecendo-lhes alimentação e sendo talvez obrigados a conservá-los inativos, ficando o comboieiro alojado no próprio ou em outro local (Largo de Santa Cruz). Mais de uma referência nos leva a acreditar que o local fosse o Largo de Santa Cruz, onde aliás ficavam os ranchos para pouso de tropeiros a caminho ou de volta de Goiás e Mato Grosso. O encarecimento do preço do escravo devia refletir o cumprimento dessa medida. A Câmara Municipal em 1863 demarcara uma área da cidade, onde os escravos recém-chegados não poderiam habitar, antes dos 40 dias de quarentena, sob pena de multa ou prisão (art. 12 da Postura de 1863). Acreditamos que a quarentena era guardada em confinamento, fora do perímetro urbano, onde com certeza haveria alguma vigilância sanitária, capaz de evitar o contacto inclusive com outros escravos da localidade.

De qualquer maneira, anúncios mais raros, não publicados em jornais de Campinas, mostram que essas Casas de Comissão mantinham permanente "estoque" de escravos

(11) (cont.) todos que vierem vender escravos no município não poderão fazer os mesmos escravos habitarem dentro de um quadro marcado pela Câmara antes de passados 40 dias depois de sua chegada", sendo os infratores punidos com multa e prisão (Código de Posturas da Câmara Municipal da cidade de Campinas, Typ. Campineira, Janeiro de 1864).

No caso de Campinas, a impressão que nos fica, diante de tantos estabelecimentos com o respectivo endereço, que aparecem nos anúncios, onde se devia tratar a transação, é a de que estavam servindo simplesmente de intermediários, sem conservar o escravo à mostra, ou em caso contrário, quando dispunham de acomodações e podiam fazê-lo, dedicavam-se à venda de escravos, mas e também a outras atividades compatíveis ou que pelo menos não se prejudicavam com isso, como se pode verificar na relação de locais de vendas.

As casas de vendas de escravos deviam também, com certeza, tratar do aluguel dos mesmos, sendo que para o Rio de Janeiro, encontramos pedido para abrir estabelecimento do gênero com ambas as finalidades. Nesse caso, haveria estabelecimentos trabalhando com certa quantidade de escravos destinados à locação para diferentes misteres, o que atraía mais os interessados em alugar.

O comércio de escravos em estabelecimentos como aliás feito de outra maneira também, era objeto de toda uma soma de exigências por parte da autoridade municipal, compreendendo local, horário, instalações, lisura nas transações, etc.

Assim, o Código das Posturas da Câmara Municipal, de 1876, previa que ninguém poderia negociar escravos na cidade, quer sendo de sua propriedade, quer em comissão, i.e., intermediando a venda, sem ter com essa finalidade um "armazém público" situado em casa térrea ou loja, devendo para tanto apresentar fiadores idôneos.

Assinaria assim um termo na Câmara comprometendo-se só adquirir escravos ou recebê-los para venda, de pessoas que pudessem afiançar a origem, bem como que se tratavam de escravos trazidos ao Brasil antes da extinção do tráfico ou aqui nascidos depois daquela data.

Os infratores seriam punidos com multa de 30\$000 e oito dias de prisão, além das penas previstas no Código Criminal (Diário de Campinas, 21-07-1876, p. 2).

Resta considerar os comboieiros, isto é, os negociantes de escravos que costumavam passar pela cidade, parando alguns dias, para efetuar suas vendas.

Embora costumeiro ou periódico, esse tipo de comércio causava algum movimento de maneira que não demoravam as autoridades e a imprensa a alertarem para a necessidade de uma disciplina, visando a tranquilidade e a ordem pública.

Para a venda dos escravos requeria-se lugar espaçoso, de fácil acesso, de preferência onde houvesse trânsito ou concentração de pessoas. Mas, aí é que justamente começavam os problemas.

O pátio em frente à Igreja Matriz foi por algum tempo o lugar ideal para os negociantes exporem as suas peças, particularmente nos momentos concorridos de saída da missa. Os escravos vindos em comboios eram colocados ali, em exposição, para serem examinados e em seguida vendidos em leilão, para quem desse o lance mais alto.

Em 1870 uma lei municipal viria a proibir esses leilões, o que foi aplaudido pela imprensa (Gazeta de Campinas, 20-3-1870, p. 2). Três anos depois entretanto, o problema continuava o mesmo, pois aquele jornal fazia um apelo à polícia para proibir os negociantes de persistirem em ir vender seus escravos, trazidos de outros locais, "à porta dos templos" (Gazeta de Campinas, 1-5-1873, p. 2).

O desrespeito à norma pública levou então, a Câmara pelo art. 59 das posturas, em março de 1874, a permitir tal comércio apenas em um local por ela indicado, ficando então determinado "novo quadro para estacionarem os escravos vindos de fora e que se compreende o bairro da rua Tanquinho para cima..." (Gazeta de Campinas, 22-3-1874, p. 5)(12).

Passando a haver um local permitido para a venda de escravos, isso naturalmente poderia facilitar controle e tributação, como evitar problemas outros. Assim, a venda em outros locais passou a ser encarada

(12) O Largo do Tanquinho (1896) é o atual Largo do Pará que marca possivelmente o início do bairro da Ponte Preta. Assim, a localização do comércio de escravos devia ficar onde hoje estão a avenida Aquidabã e a rua Uruguaiana, indo até o atual Bosque dos Jequitibás e a avenida Saudade, não existentes na época

como clandestina. A Gazeta alertava "Ao sr. fiscal da Conceição - Será verdadeiro que a casa 104 da rua do General Osório está servindo para moradia de escravos à venda. Quem sabe se a lei que dice, já não diz" (Gazeta de Campinas, 30-4-1874, p. 2). Dias depois, a "Seção Particular" (10-5-1874) publicava nova denúncia de que havia um comboieiro de escravos naquela rua, lugar então proibido para esse comércio. Não apenas o local proibido gerava esse tipo de reclamação, como também a falta de licença. Pelo que conseguimos apurar, as normas municipais deviam recair apenas sobre quem comerciava escravos, pois as vendas esporádicas pelos próprios proprietários ou eventuais compras pelos interessados podiam dar-se no local de residência ou estabelecimento das partes. Daí, anúncios de compra e venda terem o seu endereçamento praticamente espalhado por toda cidade, como temos visto, não se dando apenas nas áreas reservadas para tal comércio.

A disciplina mais rigorosa com os comboios de escravos fazia-se necessária não apenas pelos motivos que apontamos, como pelos riscos de brigas e até revoltas de escravos, como ocorreu com 6 escravos que se insubordinaram contra o seu comboieiro Joaquim Galvão de Santos, tendo de ser recolhidos à cadeia (Gazeta de Campinas, 11-6-1878, p. 2).

O comércio financiado, com pagamento parcelado, como diríamos hoje, parece predominar nas vendas de escravos, oferecendo-se prazos de pagamento de 4, 8 ou 12 meses (Gazeta de Campinas, 2-5-1877, p. 2), prática essa que nos levanta várias questões, uma vez que o comboieiro de passagem que vendesse seus escravos a prazo ou teria que deixar alguém para receber, residente no próprio local, ou teria que voltar à cidade nos prazos marcados para o recebimento das parcelas ajustadas. O sistema de crédito devia prevalecer, particularmente para os proprietários que adquiriam lotes de escravos e que pelo total dificilmente poderiam atender num só pagamento. Mas, também para os proprietários de poucos ou mesmo de um escravo, inclusive pelo seu próprio e possível pequeno poder de aquisição, o pagamento deveria ser facilitado. Era um comércio que dava oportunidade a muitos desvios, que iam da

compra de escravo de quem não era seu legítimo proprietário até a venda de gato por lebre. A exigência de fiador e as penas de multa e prisão testemunham essas ocorrências⁽¹³⁾.

Francisco X. de M. Godoy comprara por 1:200\$000, para pagamento em 60 dd., a escrava Luiza de José Coelho Ferraz, mas queria "cancelar o contrato de compra por ter verificado que a escrava sofre de ataques gotosos" (Gazeta de Campinas, 1-6-1878, p. 2). Os casos em que o comprador julgava-se ludibriado e com prejuízo iam parar na justiça como aconteceu com o Dr. Francisco Aguiar de Barros que verificou que o escravo Candido que comprara de João Mourthe sofria de "reumatismo articular crônico" (Gazeta de Campinas, 14-8-1879, p. 1).

Esse comércio comportava não apenas a compra e venda de escravos, que uma vez disponíveis à transação e esta efetivada, o comprador recebia o que comprou mediante o pagamento respectivo ao vendedor.

Aparecem nesse sentido várias modalidades de negócios, como de casa à venda, para cujo pagamento se aceitava escravos por conta (Gazeta de Campinas, 24-3-1870, p. 3).

Às vezes um antigo senhor quer recuperar o seu escravo, através de uma compra, como é o caso do escravo Manoel, que o seu senhor tendo dele necessidade colocou um anúncio que afirmava pagar bem pelo antigo servicial (Gazeta de Campinas, 15-11-1876, p. 3).

Não encontramos um tipo de anúncio registrado por Gilberto Freyre⁽¹⁴⁾, que propunha a troca de escravos por animais, objetos, etc., ou mesmo por escravos, mas de diferentes profissões. Naturalmente, revelam características e acomodações locais do mercado de trabalho e do comércio.

(13) Marilene Rosa Nogueira da Silva, Negro na rua, p. 70.

(14) Gilberto Freyre, O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX, pp. 46/47.

Não é comum aparecer anúncio de venda de escravo junto com o filho (Gazeta de Campinas, 23-12-1877, p. 2 e Gazeta de Campinas, 1-12-1878, p. 3), o que possivelmente pode denotar preferir-se o escravo sem o ônus do filho ou em decorrência disto a limitada existência de escravos com filhos no meio urbano, ainda que se observe a larga utilização do trabalho infantil. Vendia-se uma cozinheira com um filho de 10 a 12 anos próprio para pagem (Gazeta de Campinas, 11-8-1878, p. 3) chegava-se a vender uma fazenda com seus 52 escravos de ambos os sexos de 8 a 50 anos e 8 ingênuos de 1 a 5 anos (Gazeta de Campinas, 11-7-1878, p. 2). De qualquer maneira, vale considerar também a hipótese de que na cidade a separação da mãe em relação a seu filho poderia ser menos traumática, permitindo, graças à proximidade, a visita de familiares e os contactos regulares, mesmo não pertencendo ao mesmo senhor.

Outro conteúdo dos anúncios classificados que permite alguma reflexão é o da qualificação ou não do escravo que é oferecido à venda ou do qual se necessita nos anúncios de precisa-se.

Não podemos naturalmente confiar que a descrição ou destaque de habilidades profissionais, aparência e outras qualidades correspondesse sempre à realidade. Desde uma preocupação de marketing até a de esconder ou diminuir defeitos e aumentar qualidades, os anúncios redigidos pelo próprio interessado ou pelo redator podem simplesmente camuflar o que é oferecido ou procurado. Tendo em conta essa ocorrência, pode-se entretanto verificar de maneira relativa e em média, o que predomina nos interesses sociais e de mercado, capazes de justificar o volume de transações veiculadas pelos anúncios.

De qualquer maneira, tanto para a venda quanto para a compra ou aluguel, a exaltação das qualidades e habilidades é quase indefectível, diminuindo ou até desaparecendo, apenas quando se trata de uma partida de escravos, que nesse caso são qualificados com expressões vagas como bonitos, ou dando apenas a idade, etc., apesar que mesmo nesse caso podem aparecer 10 escravos, de 9 a 28 anos, "bons para qualquer máquina de engenho" (Gazeta de Campinas, 19-8-1875, p. 2). 0

tamanho dos anúncios, no que naturalmente os preços influem muito, não permitia uma descrição pormenorizada do escravo que se precisa ou se oferece. O número de palavras e a linguagem não variavam muito ao declinarem qualidade ou habilidade profissional. Por outra feita, um investimento envolvendo a própria formação e qualificação do escravo podia dispensar maior detença neste sentido, uma vez que podia ser até melhor receber um escravo que fosse treinado para adquirir e desenvolver as habilidades profissionais requeridas.

A linguagem usada é a coloquial, algumas expressões como "vende-se a contento..." (satisfatoriamente, segundo os desejos, conforme o dicionário Aurélio) aparecem raramente (Gazeta de Campinas, 1-9-1877, p. 3).

Entretanto, há casos pouco freqüentes de anúncios grandes e minuciosos na descrição do escravo, denotando o grau de estima e/ou necessidade do senhor, supostamente de bom poder aquisitivo.

Mas, para o escravo que é oferecido ou procurado isoladamente, contempla-se um rol de qualidades que vão do caráter submisso à fidelidade, da ausência de vícios à obediência, afiançada conduta, saúde, relacionando-se habilidades profissionais como saber engomar, lavar, costurar, cozinhar, ser bom cavaleiro, ou ter saúde, robustez, beleza (mulheres) "preto morigerado", "apto para todo serviço", "mulato prendado". Quanto às profissões não vamos nos deter, pois serão estudadas em outro momento.

Invariavelmente, o mesmo anúncio repete-se por vários dias até efetivar-se a operação.

Independente do calendário agrícola, que podia em princípio ter acentuados os seus picos periódicos de necessidade de mão-de-obra, que dependendo do volume da safra e do mercado consumidor na demanda que ofereciam, podiam exigir reposição ou aumento do plantel, há determinadas e eventuais demandas que conjuntamente inflacionavam esse mercado e que podiam afetar o atendimento à lavoura e aos demais setores.

Os exemplos mais gritantes nese sentido vêm da construção, ampliação e manutenção das estradas de ferro que têm grande precisão. A Companhia Paulista

oferecia "muitos bons jornaes e commodidades" para cem operários livres ou escravos (Gazeta de Campinas, 25-01-1871, p. 3). A Estrada de Ferro Santos a Sorocaba foi apontada como refúgio de escravo fugido de Campinas (Gazeta de Campinas, 11/01/1874, p. 3), o que também aconteceu com a Estrada de Ferro d'Oeste ou Mogy (Gazeta de Campinas, 21-03-1875, p. 3), o que nos leva a acreditar que por se tratar de obras muitas vezes distantes da cidade, com grande número de trabalhadores e talvez alguma facilidade de trabalho, aliás duas mencionadas nos anúncios, i.e., o salário convidativo e as acomodações, as estradas de ferro exerciam certa atração para os escravos, inclusive pelo tipo de trabalho de natureza vária que ofereciam, embora muitas vezes trabalhassem duro como nas bombas para alimentar caldeira. Aliás, como se sabe, as ferrovias constituíram também para o trabalho livre uma boa opção de emprego⁽¹⁵⁾.

O mercado urbano para o trabalho escravo estendia-se aos estabelecimentos fabris, aos profissionais liberais, ao comércio, no que se incluíam os hotéis.

Uma olaria, com certeza a Imperial Olaria de Sampaio Peixoto, chega a precisar de 8 a 10 trabalhadores livres ou escravos (Gazeta de Campinas, 31-5-1874, p. 3). O fato dos anúncios de precisa-se não fazerem diferença entre trabalhadores livres ou escravos, mostra que essa prática tornou-se comum a partir de certo momento, possivelmente ligado à presença massiva de imigrantes disponíveis para esse mercado.

Essa abertura na oferta de empregos levou a um convívio forçado, com implicações que não devem ter sido pequenas, desde que tendiam a dispensar igual tratamento a uns e outros ou ao contrário talvez, promover uma divisão de trabalho baseada na situação jurídica do trabalhador, tendo que montar um aparato de vigilância que teria um perfil para os escravos e outro para os livres, numa unidade ou local de produção e serviços.

(15) Célia Maria Marinho de Azevedo, Onda negra medo branco, pp. 128/129.

É preciso considerar também que do lado da demanda de serviço coloca-se uma competição entre trabalhadores livres e escravos, capaz de gerar conflitos e afetar o próprio mercado de trabalho.

Para complicar ainda mais as relações sociais de produção, na cidade como na roça, havia os escravos que se apresentavam e se passavam por livres, criando com isso uma outra "categoria social" de trabalhador, com situações embaraçosas, desde que com essa fraude do seu estado de cativos, passam naturalmente a ser tratados de maneira equivocada, conquistando vantagens ou livrando-se de apuros, acabando muitas vezes em expressar-se no que hoje chamaríamos de crime de falsidade ideológica.

Situação inversa também foi detectada, i.e., o livre ou forro que se apresenta como escravo, naturalmente correspondendo ao interesse que tem naquele momento. De qualquer maneira, os próprios brancos hesitavam em considerar um escravo só porque este se apresentasse como tal e vice-versa, dadas as dificuldades em provar o contrário, quer pela aparência, pelos testemunhos, etc., quer na justiça diante de provas⁽¹⁶⁾.

Um mercado de trabalho que comportava essa coexistência da força de trabalho livre com a escrava lutava portanto com uma contradição básica para sua estruturação.

No mesmo rol estão outros estabelecimentos como tipografias, que colocavam anúncios para conseguir trabalhadores cativos ou livres. A Padaria União, existente até hoje na cidade, colocara um anúncio de "precisa-se de um rapaz livre ou não para carregar baiaio" (Gazeta de Campinas, nº 2905, 11-8-1885).

Os anúncios mostram ainda que o mercado de escravos de Campinas atraía interesses diversos de outras localidades, como o de uma fábrica de Santos que possuía 20 escravos a seu serviço e que procurava um feitor em Campinas (Gazeta de Campinas, 1-1-1874, p. 3).

(16) Sidney Chalhoub, Visões da liberdade, pp. 229/236.

O movimento de entrada e saída de escravos da praça de Campinas não devia ser desprezível, ao ponto de companhias de navegação ou mesmo vapores isolados de Santos anunciarem transporte de escravos por cabotagem, mediante o pagamento de 10\$000.

O curioso é verificarmos em dois anúncios, respectivamente do vapor Santa Maria e do Paquete a vapor Paulista, que ambos fazendo a carreira entre Santos e Rio, ofereciam esse tipo de transporte de Santos para o Rio, quando pelo período o contrário é que parecia justificar-se, isto é, um fluxo de escravos do Vale do Paraíba, já em declínio, para o Oeste Paulista (Gazeta de Campinas, 25-1-1872, p. 4).

A justiça contribuía com um movimento não desprezível para o mercado de escravos. Eram comuns os editais do Juiz de órfãos e Ausentes, tratando da venda de escravos, pertencentes a devedores que eram executados. Esses escravos iam à praça, para serem arrematados, sendo que o ato realizava-se em frente ao prédio da cadeia, recebendo o magistrado as propostas em cartas fechadas no prazo de 30 dias, quando seriam abertas e verificado quem dava mais. A avaliação desses escravos era feita pela autoridade (Gazeta de Campinas, 4-12-1870, p. 3). Os editais davam o termo de avaliação, enumeravam algumas qualidades e preço, constando se o escravo tinha alguma doença ou não, o que nunca aparecia nos demais anúncios comerciais de escravos, mostrando que essa menção podia prejudicar o preço esperado o que não acontecia no caso da justiça, que não visava lucro. Encontramos nesse sentido apenas um anúncio de venda de 2 moleques, "de 22 anos cada um, sofrendo ambos de opilação..." (Gazeta de Campinas, 7-6-1879, p. 4). Como naturalmente nesses leilões eram colocados escravos de todos os tipos, idades, profissões e condições físicas, incluindo-se muitas vezes mãe e filho, deviam atrair também todo o tipo de comprador representando um fator de movimento para o mercado (17).

(17) Dada a frequência com que aparece esse tipo de anúncio, indicamos alguns números do jornal: Gazeta de Campinas 45, 3-4-1870; 49, 21-4-1870; 180, p. 62; 195, p. 68; 253, p. 92; 1420, 11-9-1878; 1439, 3-10-1878; 1670, 15-7-1879; 1749, 16-10-1879.

Às vezes chegavam a ir à praça quantidades razoáveis de escravos, como aconteceu em 3-10-1878, quando foram colocados à venda nada menos do que 49 escravos, entre crianças, adolescentes e adultos de ambos os sexos (Gazeta de Campinas, 3-10-1878, p. 2) (Gazeta de Campinas, 16-5-1879, p. 2).

Além dos escravos à venda, o juizado também influia no mercado colocando escravos que tinham um tempo certo restante de trabalho, como no caso de Joaquim e Manoel por 2 anos e Balbina, acompanhada de sua filha Mariana de 9 anos (Gazeta de Campinas, 16-10-1879, p. 2).

Há ainda a considerar dois sistemas de serviços prestados pelos escravos que afetam de maneira substantiva o mercado e envolvem específicas relações sociais de produção. Quando o número de escravos excede às necessidades do senhor ou quando a produtividade do escravo permite disponibilidade de tempo para um sobre-trabalho ou mesmo ainda quando o senhor se vê obrigado a valer-se desse expediente, porque lhe é mais econômico e lucrativo ou até por uma questão de sobrevivência, o excedente do trabalho do escravo é oferecido por aluguel ou permite-se ao escravo dispor de alguma forma desse excedente. Assim, esse tipo de trabalho do escravo não se dirige apenas para a prestação de serviços, que na verdade constitui o predominate no meio urbano, mas também para a pequena produção e comércio de víveres que têm marcada função no abastecimento da cidade.

São dois os sistemas que atuam nesse sentido influenciando decisivamente no mercado de trabalho: sistema de aluguel e sistema de ganho, ambos largamente praticados no meio urbano no Brasil. Em Campinas, não foi diferente, pois já em 1829, temos notícia de sua prática, o que com certeza já devia vir ocorrendo bem antes (18). No sistema de aluguel quem oferecia os serviços do escravo era geralmente o senhor que naturalmente estabelecia as condições em que a locação era feita

(18) Peter L. Eisenberg, Homens esquecidos, p. 353

no que diz respeito à natureza do trabalho e o quantum a ser pago e em que condições⁽¹⁹⁾.

O sistema de ganho consistia na possibilidade de o escravo alugar sua força de trabalho diretamente ao interessado, o que de certa maneira podia flexibilizar seus movimentos e facilitar o acesso à liberdade, particularmente enquanto oferecia o seu serviço, o que acontecia longe das vistas do senhor ou do feitor, quando no campo.

Embora bastante semelhantes o sistema de aluguel e o sistema de ganho guardam alguma diferença. Assim, o escravo de ganho ou ao ganho quando oferecia o seu trabalho ele alugava a si próprio. Vendia a sua força de trabalho a uma terceira pessoa, que não é o seu senhor, portanto a propriedade não se transfere com esse ato⁽²⁰⁾.

O escravo que oferecia o seu trabalho, com a permissão e incentivo do senhor, percorria a cidade e no final do dia ou da semana, conforme o que fosse entre ambos combinado, entregaria determinada quantia, resultante desse trabalho. O que excedesse a essa quantia pertenceria ao escravo que a utilizaria como melhor lhe aprouvesse. Esse sistema dava margem a muito abuso, dadas as exigências dos senhores e aos furtos praticados pelos escravos para aumentar o excedente que lhe cabia ou simplesmente atingir o total que devia entregar ao senhor⁽²¹⁾; como também entre os próprios escravos gerava conflitos na disputa pelos serviços como já vimos. Em situação em que a demanda de serviços era pequena, o problema do escravo era obter o mínimo para sua própria subsistência, o que se per-

(19) Marilene Rosa Nogueira da Silva, op. cit., p. 89.

(20) Estudos recentes permitem-nos conhecer melhor ambos os sistemas, de aluguel e de ganho. Para o primeiro, Leila Mezan Algranti, O feitor ausente, p. 69, para o segundo Mary C. Harash, Slave life in Rio de Janeiro 1808-1850, pp. 411-444 e 462-479, Marilene Rosa Nogueira da Silva, Negro na rua.

(21) Marilene Rosa Nogueira, op. cit., pp. 21 e 95-146.

sistisse levaria naturalmente o senhor a recolher ou vender seu escravo. No caso dos senhores pobres e viúvas que possuíam apenas um escravo de ganho, dependendo dele para sua própria sobrevivência, a exploração do trabalho era por demais intensa, gerando conflitos e fugas (22).

Em condições normais de mercado devia imperar da parte do escravo um esforço de produção e apropriação de um sobre-trabalho que resultaria em seu direto benefício. Já o escravo de aluguel era alugado pelo seu senhor, que assim procurava recuperar o capital nele investido, o que podia ocorrer após 3 anos de trabalho produtivo, quando naturalmente tivesse sido essa a forma de aquisição do escravo, i.e, mediante dispêndio de capital (23).

Graças a esses sistemas tece-se assim nas cidades, todo um complexo de serviços temporários - esporádicos ou periódicos - que pesam no atendimento das necessidades urbanas, individuais e coletivas, públicas e privadas, contribuindo possivelmente para limitar o fluxo de escravos do campo para a cidade, que caso contrário e para atendimento dos serviços urbanos, requiriria uma população escrava mais volumosa, uma seleção maior de escravos qualificados e em decorrência um menor número de proprietários de poucos escravos.

Os sistemas engendram assim um mecanismo - via contratos de trabalho, formais ou não - que mantém em certo nível a população escrava da cidade, atuando de maneira polivalente no atendimento das necessidades do mercado. Essa população naturalmente crescerá de certa maneira significativa, quando o complexo urbano exigir incorporação maior de mão-de-obra que não é de primeira categoria e por isso mesmo geralmente não serve para o campo, que nesse sentido concorrerá com vantagem com a cidade.

(22) *Idem, ibidem*, p. 146.

(23) Leila Algranti, *O feitor ausente*, pp. 70-71.

Em outras palavras, insistimos em que o mercado de trabalho escravo no campo, apresenta coletivamente uma demanda maior e nos momentos de expansão disporia de poder aquisitivo e crédito maior para a aquisição, renovação e ampliação do seu plantel, do que os senhores da cidade que ficavam com as sobras da mão-de-obra e ainda dispunham desses meios mais flexíveis - ganho e aluguel - para sua utilização.

É claro que os grandes proprietários rurais que passam sua vilegiatura na cidade ou os banqueiros, grandes comerciantes, empresários e capitalistas que nela vivem, têm condições de manterem a seu serviço - doméstico ou empresarial - quantidades maiores e mais qualificadas de escravos.

Por outro lado, proprietários do campo também colocavam anúncio no jornal quando precisavam de escravo de aluguel, como aconteceu com alguém da rua Direita 66 que necessitava de "escravos de um e outro sexo para serviço de roça". (Gazeta de Campinas, 5-5-1878, p.3).

O sistema de ganho funcionava porque havia demanda de serviços eventuais ou permanentes de um lado, e de outro, o escravo não podia se furtar a prestá-lo, pois tinha que dar conta do rendimento obtido, além do que tinha também seu próprio interesse na renda, com a qual podia, desde melhorar o seu padrão de vida até aspirar a compra da própria liberdade.

Os negros ao ganho tinham naturalmente disciplinada a sua possibilidade de ascensão e libertação, em princípio pela própria estrutura do mercado. Assim, por esse sistema permitia-se ao escravo ele próprio alugar-se. Basicamente, como estamos vendo, constituía na possibilidade de o escravo oferecer o seu trabalho a terceiros em troca de remuneração em dinheiro ou talvez em espécie.

Após executar ou não as próprias tarefas do seu senhor, caso ainda não tivesse ajustada a prestação de serviço remunerado a outrem, saía à sua procura.

Para tanto, tinha limite de tempo e a obrigação de entregar ao senhor o resultado recebido pelo seu trabalho, que tanto podia ser estabelecido entre ambos os senhores - o locador e o locatário do escravo - ou

entre cada senhor e o escravo. Naturalmente, devia prevalecer o que o senhor-locador estabelecia, podendo dar nesse caso liberdade de opção ao seu escravo quanto à espécie de serviço que devia atender, desde que no final do dia ou da semana ou de outra maneira combinada, entregasse ao seu senhor o resultado desse trabalho remunerado.

Em princípio, esse sistema podia constituir uma válvula fácil para o escravo adquirir a liberdade, desde que excedendo em sua remuneração o que fora estabelecido pelo seu senhor, disporia desse dinheiro da melhor maneira que lhe fosse permitido.

Entretanto, como dissemos, o seu tempo de serviço era limitado, possivelmente com certo rigor por parte do seu proprietário, pela própria resistência física do escravo, além da disciplina das posturas em nome da ordem pública. Restaria ao escravo dentro daquele tempo trabalhar mais e/ou melhor para obter uma remuneração extra para si. Costumavam também trabalhar em mais de uma função, com o objetivo de assegurar a renda diária⁽²⁴⁾.

De qualquer maneira, com os poucos dados de que se dispõe, verifica-se que a quantia que o senhor estabelecia para o escravo trazer era sempre alta⁽²⁵⁾, mesmo porque caso contrário colocar seu próprio escravo a ganho, poderia significar perdê-lo se conseguisse amealhar recursos com facilidade. Entretanto, por outro lado, o preço do resgate estabelecido pelo senhor, embora devesse seguir as regras do mercado poderia encontrar no escravo disposição em pagar mais, interessado maior que era, na maioria das vezes, em sua própria compra e liberdade. Assim, o preço do resgate acabava por condicionar, em boa parte, o que o escravo devia pagar ao senhor pelo trabalho no sistema de ganho. Quanto ao que recebiam, para Campinas não conseguimos dados. Para o Rio há alguns dados referentes a

(24) Marilene Rosa Nogueira da Silva, *op. cit.*, p. 124.

(25) Leila Algranti, *op. cit.* pp. 87, 101/113; Luiz Carlos Soares, *op. cit.* p. 133.

carregadores, que nos permitem verificar que essa renda estava naturalmente relacionada com o sexo, idade, habilidade profissional, natureza do serviço, etc (26). Na Bahia, se sabe de algumas quantias diárias, conforme a profissão, devidas pelo escravo de ganho ao seu proprietário (27).

O destino da renda desse sobre-trabalho é conhecido, o comum era conseguir mais conforto pessoal, se assim pudermos entender o bem estar e a aparência, que se traduziam na melhora do passadio, na escolha do que comer e vestir, que nesse caso até ao escravo era permitido. Assim, negros de ganho eram os fregueses certos que rodeavam os grandes tachos onde as negras de diferentes categorias - aluguel, ganho ou simples trabalho para o senhor - mexiam com colher de pau o angu apetecível. O mesmo se dava com os barbeiros ambulantes que fazendo a barba ou cortando o cabelo dos negros de ganho ofereciam um espetáculo comum nas ruas e praças. As escravas quitadeiras de frutas e verduras com as suas cestas na cabeça ou sentadas atrás do tabuleiro permitiam um reforço e uma variedade de alimentação ao negro de ganho quase sempre impossível ao escravo comum. Também ao negro de ganho era possível tratar e pagar pela sua saúde aos cirurgiões negros que tratavam dos doentes em pleno passeio público, onde sentavam ou deitavam de bruço para aplicação de ventosas, beber infusões ou receber benzimento. Mas para os negros e negras de ganho a freguesia não se limitava aos seus pares, quitutes, verduras, doces, frutas e água eram comprados também pela população livre das mais diversas categorias.

Por outro lado, as diversões e o sexo não deixavam de canalizar e absorver o resultado monetário do trabalho desses escravos.

O retrato que fica é que apesar de suas peculiaridades ou por elas próprias, a vida dos escravos de ganho não era fácil.

(26) Marilene Rosa Nogueira da Silva, op. cit., p. 118.

(27) João José Reis, Rebelião escrava no Brasil, p. 198.

Quanto aos critérios do preço que se estabelecia para essa locação, deviam ser determinados pelo mercado, tendo em conta a habilidade e competência profissional, a força física e a urbanidade do escravo⁽²⁸⁾. Fora isto é claro, restava o caminho difícil da alforria para os que conseguiam reunir pecúnia.

Desde que o senhor-locador estabelecia essa quantia, naturalmente dentro dela é que o escravo podia avaliar a sua capacidade de trabalho em relação ao cumprimento da tarefa escolhida.

Em princípio esse cálculo podia implicar no interesse do escravo em corresponder ao que lhe fosse exigido.

Sem o estímulo dado ao escravo de poder ficar com o excedente da remuneração do seu trabalho, com certeza o sistema de ganho seria inviável, uma vez que o relaxamento do escravo então, em ser eficiente e cumprir as ordens do seu locatário, comprometeria o relacionamento e o contrato entre ambos.

A base do êxito desse sistema, que ao que tudo indica teve muita difusão no meio urbano, estava no grau de liberdade, mobilidade e confiança que o proprietário concedia ao seu escravo, para que pudesse trabalhar, em princípio, em benefício de ambos, criando portanto no escravo, através da apropriação do seu excedente de trabalho, do seu sobre-trabalho, a ilusão de um resultado sempre vantajoso.

Resta ainda considerar que o sistema de ganho vem sendo estudado por vários autores a partir da exceção e contradição que representa no que diz respeito às relações sociais escravistas de produção⁽²⁹⁾.

(28) Luis Carlos Soares, op. cit., pp. 130-137; Marilene Rosa Nogueira da Silva, op. cit., pp. 114-118; Leila Algranti, op. cit., pp. 69-73.

(29) Luis Carlos Soares, op. cit., pp. 130-131; Marilene Rosa Nogueira da Silva, op. cit., pp. 114-118; Leila Algranti, op. cit., pp. 69-73.

O escravo ao ganho que fosse faltoso não correspondendo ao que lhe era exigido podia receber castigo do seu senhor, como daquele para quem trabalhava, o que com certeza gerava conflitos e tensões difíceis de serem resolvidos, desde que não previstos explicitamente na legislação. Era um sistema que podia acabar envolvendo em sua pendência as três partes interessadas, não sendo raras as reclamações por atraso no pagamento ou mesmo aquelas que envolviam as partes e o poder público, dando em resultado o cancelamento de licenças. A falta de pagamento dos jornais devidos pelo aluguel dos seus escravos, levou Diogo Antonio de Souza Castro a reclamar do Fiscal da Câmara (Gazeta de Campinas, 21-4-1872, p. 1).

Em princípio, o sistema de trabalho do escravo ao ganho deveria beneficiar o senhor e o escravo, àquele que transferia ao escravo seu próprio sustento e livrava-se de sua fiscalização permanente bem como de despesas com alimentação, vestuário, saúde, etc., assegurando uma renda líquida e certa e a este porque criava a expectativa de liberdade e desembaraço na mobilidade, opção pelas tarefas, etc. (30).

Entretanto, deve-se considerar que o relativo equilíbrio que o sistema de ganho e aluguel provocava, em termos de mercado de trabalho urbano, pelo menos na corte, pelo que se conhece, não significa um atendimento satisfatório da demanda de serviços. Em relação às crônicas requisições para as obras públicas, periódicas ou diárias, verifica-se isto sim, sempre carência de mão-de-obra, o que levava a abusos e tensões nas requisições compulsórias que as autoridades acionavam nessa direção (31). Além do que o poder público valia-se com abusos constatados, da apreensão de escravos em situação irregular, que enquanto não se resolvia a pendência entre as partes, quando chegava a ser resolvido, para colocá-los a seu serviço.

(30) Marilene Rosa Nogueira Silva, op. cit. pp. 88 e 109.

(31) Leila Algranti, op. cit., pp. 77/82.

O escravo ao ganho ou de aluguel criava naturalmente novas formas no convívio e relacionamento com os seus senhores, podendo desde que a confiança permitisse e para ter maior desenvoltura no seu empenho na busca de trabalho, aliviando o senhor muitas vezes de uma presença que na cidade se tornava incômoda no convívio diário e menos onerosa em termos de sustentação, que até se solicitasse licença para que o escravo pudesse residir sozinho.

Entre o escravo e o locador que contratava os seus serviços criavam-se vínculos também. A escrava Cecília pertencente a Maria da Glória Camargo Bittencourt teve a sua liberdade comprada pela senhora a quem servira como alugada - Maria Angélica de Vasconcelos Florence, esposa de Amador Bueno Machado Florence - que forneceu 600\$000 pela sua liberdade (Gazeta de Campinas, 25-1-1885).

Embora predomine como vimos entre os proprietários de escravos de aluguel ou ao ganho os homens pobres com um ou dois escravos, aparecem nos grandes centros aqueles que alugam grande quantidade de escravos, 10, 20 ou 30 e até 100, figurando portanto entre os médios e grandes proprietários. Estas ofertas parecem ter lugar devido a crises na lavoura, extinção do tráfico e demanda maior de serviços na cidade, onde assim se torna mais lucrativo explorar o trabalho escravo⁽³²⁾.

O fato de existirem nas cidades médios e grandes proprietários de escravos leva-nos a várias reflexões, pois ainda que alocados, tanto para o proprietário, quanto para quem se utilizava dos seus serviços, os problemas de acomodação e sustento se colocavam, com as limitações que a cidade oferecia nesse sentido. Para o grande proprietário urbano, que possuía de 40 a 100 escravos, se morasse em sobrado no perímetro urbano e não em chácaras na periferia, é possível até que consentisse aos seus escravos dormirem em pardiéis

(32) Marilene Rosa Nogueira Silva, op. cit., pp. 152-156; Luis Carlos Soares, op. cit., p. 129.

fora de sua propriedade. O problema podia ser diminuído, mas não eliminado, pelo fato de o plantel colocado a serviço de terceiros ficar disperso entre muitos locatários, caso os escravos dormissem no local de serviço.

É claro que nesse quadro, as relações sociais de produção ganham variações que fogem aos padrões com que elas têm sido estudadas no meio rural.

Em Campinas o mercado de escravos alugados contemplava os serviços públicos e privados, embora aqueles não apareçam no tipo de fontes que mais consultamos nesse sentido, que foram os anúncios de jornais. É possível que isso não signifique uma pequena demanda dos serviços públicos, mas simplesmente que o atendimento do recrutamento da força de trabalho nesse setor dispensasse a divulgação pela imprensa, podendo resultar do concurso que os escravos apreendidos pelo poder público, por n motivos, passassem durante certo tempo a servi-lo, enquanto durasse a punição. De qualquer maneira, se sabe que em obras como a da construção da Matriz Nova, o trabalho escravo foi relevante (Gazeta de Campinas, 22-3-1874, p. 4).

Quanto aos serviços privados, é para os serviços domésticos que a demanda é bem maior e sobretudo dirigido para a força de trabalho feminina, para funções como cozinheiras, lavadeiras e engomadeiras, quase sempre, predominando no caso o aluguel de apenas um empregado (Gazeta de Campinas, 23-12-1869, p. 3). O aluguel de amas-de-leite também não esclarece se se refere apenas a essa função específica e naturalmente que a mulher pode atender apenas em período de aleitamento. De qualquer maneira, o aproveitamento da ama-de-leite, fora das horas de atendimento da criança em outras tarefas domésticas, não devia ser incomum, pagando-se nesses casos um aluguel pelo total dos serviços. O que também ocorria com as crianças que além da obrigação de olhar, fazer companhia e participar de folguedos com a criança livre, tinham também obrigações, como as daquele moleque que fora contratado "para pagar e tratar de animais". Da ama-de-leite exigia-se naturalmente saúde e leite farto, acrescentando-se em algum anúncio, como neste que oferecia o serviço -

"Ama de leite - Aluga-se uma perfeita ama de leite; é muito carinhosa e tem bom leite" (Gazeta de Campinas, 12-1-1877, p. 4), a qualidade do leite e o fato de ser carinhosa, o que envolvia a preocupação com a contrariedade, irritação, má vontade que numa escrava com essas funções específicas, poderiam prejudicar a criança. A boa conduta para a ama-de-leite aparecia também nos anúncios (Gazeta de Campinas, 2862, de 19-6-1885).

Há uma exigência curiosa, aliás comum no Rio de Janeiro, que pode envolver uma atitude desumana, que foi a de Miguel Natini, morador do Largo da Matriz Nova que anunciava "Precisa-se uma Ama com muito leite e sem filhos" (sic!). Paga-se bem" (Gazeta de Campinas, 741, p. 232). De duas a uma, por não poder cuidar do filho da escrava, por algum motivo, o interessado esperava conseguir uma ama que por ter perdido o filho recentemente podia corresponder ou então temos uma insinuação de apartar a mãe escrava do seu filho num momento em que este não dispensa a assistência materna. Se por exigência do locador e interesse do locatário, procedia-se a essa separação entre mãe e filho, estamos diante de mais uma aberração da escravidão. Consta que depois da lei do Ventre Livre, em 1871, aumentou o número de "ingênuos" abandonados, pois o mercado para escravas amas-de-leite sem filho, compra ou locação, justificava desvencilhar-se da criança. Por outro lado, aparecia anúncio que alugava o escravo e mais uma criança em idade de prestar serviços, como aquele copeiro que levava junto uma criança de 12 anos (Gazeta de Campinas, 2888, 22-7-1885).

Assim, as qualidades pessoais apregoadas ou exigidas pelos anúncios são o bom temperamento, ser sadio, bons costumes, para a generalidade dos escravos alugados.

O trabalho infantil, de crianças de 10 a 14 anos, para funções como "olhar" e/ou "carregar" crianças era muito comum (Gazeta de Campinas, 12-12-1869, p. 3) havendo sempre um qualificativo para designá-las, como rapariguinha forra ou cativa, pardinha, "negrinha de 10 a 14 anos para carregar criança" ou moleque para pagem, sendo que a discriminação sexual ou a preferên-

cia seria naturalmente para as meninas servirem de companhia para as meninas e os meninos para os meninos. Uma pagem menina de 10 a 15 anos era alugada por 10\$000 mensais (Gazeta de Campinas, 08-2-1874, p. 3).

Esse trabalho infantil ocupa portanto certo espaço no mercado de trabalho, possuindo cotação, embora naturalmente a mesma sociedade que o requisita e reconhece, o relegue para um plano secundário, permanecendo semi-transparente em sua contabilidade.

O fato de os anúncios de aluguel de escravos, infantis ou adultos, mencionarem que se aceita forro ou cativo, embora muitas vezes prefira-se o cativo, mostra um tipo de competição nesse mercado de trabalho entre os libertos e os escravos. No caso das crianças ou mesmo adultos, é de se supor que fossem forros ainda sob a condição de prestação de serviços, caso em que se tornava possível o seu aluguel em benefício do ex-senhor. Nesse sentido, no caso de mulheres para serviços domésticos, a competição entre livres e escravos é forte no mercado de trabalho, sem falarmos no fato de que a população que não possui escravos não é pequena e com certeza ocupa um espaço significativo na produção urbana e nos serviços em detrimento do uso da mão-de-obra escrava. Mas, este é um assunto, que pretendemos estudar oportunamente: como viver sem escravos numa sociedade escravista?

Mas, ainda ligada a essa questão está a realidade de convivência do trabalho escravo com o trabalho livre em unidades de produção, residências e nas ruas.

Quanto aos escravos homens, eram alugados para as mais diversas funções, servindo em "casas de barbeiros e bilhares", para vender quitanda, etc. (Gazeta de Campinas, 157, p. 67). Entretanto, por motivos que nos escapam, a Resolução nº 71 da Câmara Municipal de 2-4-1876, proibiu escravos sob pena de 15\$000 a 20\$000 de multa e o dobro nas reincidências, além de 2 anos de cadeia para o proprietário, de vender em "casas de negócios de qualquer gênero que seja".

O trabalho infantil, no século passado comumente começava aos sete ou oito anos com mais regularidade. Pelo menos nos anúncios não aparecem crianças com menos de 10 anos. Por força de algum dispositivo legal

(O código Filipino, que vigorou durante o século XIX dava maioridade à menina a partir de 12 anos e a partir dos 14 para os meninos) ou pelo consenso de que o trabalho antes dessa idade não rendesse o suficiente para corresponder ao aluguel pago, não era recrutado. Entretanto, as pesquisas recentes têm mostrado a precoce iniciação da criança escrava no trabalho, descendo até os quatro, cinco anos, naturalmente para tarefas que exigissem pouca força e habilidade⁽³³⁾. De qualquer maneira, verifica-se que a criança escrava representa uma força de trabalho precoce, requisitada para um elenco variado de tarefas, que naturalmente mudavam entre a cidade e o campo.

Essa contingência, como temos visto, encurtava consideravelmente a infância do escravo em cerca de sete anos, se considerarmos que de oito anos em diante já é recrutado pelo seu senhor para trabalho compatível com essa idade, sendo que aos dez anos já tem condições de ingressar no mercado de trabalho, vendido, alugado ou ao ganho, destinado a tarefas específicas e tendo portanto que impor nova ordem disciplinar em sua vida.

Para muitas dessas funções não há discriminação sexual, sendo contratados escravo ou escrava.

O número de crianças que aparecem nesses anúncios mostra a vantagem de se possuir uma criança, desde que em idade de trabalho. Se se trata de uma criança escrava, o fato de trabalhar de aluguel possivelmente transcurre diversamente do adulto, não apenas em relação à natureza do trabalho e remuneração, mas e também pela maior limitação da liberdade, desde que o trabalho dessas crianças era interno como ainda pelo fato de que possivelmente o contrato de trabalho fosse celebrado entre os adultos locador e locatário, sem que

(33) Maria Lúcia Barros Mott e outros, A escravidão e a criança negra in "Negros Brasileiros", encarte da revista "Ciência Hoje" vol. 8, nº 48, nov. 88. Idem, "A Criança escrava na literatura de viagens" in Caderno de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas nº 31, pp. 57-67, dez., 1972.

a criança tivesse qualquer participação nesse ato. A licença indispensável para colocação de escravo ao garranhão não aparece, bem como a legislação a respeito, no caso das crianças, pelo menos no Rio, levando a concluir-se que essa ausência era ditada "pela relativa liberdade de circulação e do tipo de responsabilidade que este trabalho exigia", o que nos parece a melhor explicação, a não ser pela responsabilidade limite do que o trabalho infantil implicava, pois a circulação de crianças pela cidade não parecia ser comum⁽³⁴⁾

Em Campinas, o universo infantil da escravidão pouco revela a acrescentar-se ao que se conhece para o restante do país. Ao que tudo indica não havia a Roda dos Expostos da Santa Casa, embora esta tivesse desde 3 de março de 1879 o seu orfanato, que funcionava como escola e sobre o qual ainda nos deteremos.

O aluguel de escravos em Campinas está estreitamente vinculado ao mercado de compra e venda, aparecendo anúncios em que o mesmo escravo é oferecido à venda ou para aluguel, independente do que naturalmente sendo serviços comuns que reclamavam escravo de aluguel ou comprado, a lei da oferta e da procura pela força de trabalho era afetada por ambos os sistemas.

Nesse mercado ocorria também a locação de escravos libertos, mas ainda com a obrigação de prestar serviços, como mostra esse anúncio que oferece "Locação de serviços- Transpassam-se os serviços de uma negra que está obrigada a servir cinco anos. É muito boa cozinheira" (Gazeta de Campinas, 5-5-1876, p. 3).

O aluguel de escravos adultos, para trabalho doméstico, em repartições, na rua ou na lavoura, em Campinas, tinha quase sempre estipulado quanto se pagaria no máximo, o que nos permite algumas considerações a respeito de quanto podia valer esse trabalho. No geral as ofertas ou necessidades marcavam uma oscilação de 15\$000 a 30\$000 mensais por escravo. Como a descrição das tarefas é limitada e não aparecem qualificações

(34) Marilene Rosa Nogueira Silva, op. cit., p. 107.

para o escravo a ser alugado, deduz-se que só o contacto e experimentação pessoal definiria a quantia a ser paga.

De qualquer maneira, uma preta para "cosinhar, lavar e engommar" era procurada para ser alugada por 24 a 25\$000 mensais (Gazeta de Campinas, 27-4-1871, p. 3) o que não impedia de ter alguém que pagasse 30\$000 mensais por uma escrava que atendesse todo serviço de uma casa de família (Gazeta de Campinas, 2-7-1871, p.3), ou até uma oferta bem menor - 16\$000 - por uma escrava adulta para lavoura e para cozinha, lavar e engomar roupa (Gazeta de Campinas, 3-9-1871, p. 3). Esses aluguéis para o período considerado não diferiam muito do que era cobrado na corte⁽³⁵⁾.

Fora os serviços triviais de uma residência ou apenas a referência à lavoura, é muito raro aparecer uma especificação em relação ao escravo que se quer, como por exemplo um anúncio que mencionava "escravo forte e apto para serviço pesado", o que nos leva a acreditar que em princípio, uma vez não esclarecida a natureza do trabalho, o escravo teria que atender o que lhe fosse exigido, gerando dificuldades para a não correspondência entre a capacidade e habilidade do escravo e as tarefas impostas.

Quanto a quem e onde se aluga escravos, esse tipo de comércio se achava bastante disseminado pela cidade, embora houvesse locadores tradicionais como por exemplo Vitorino Pinto Nunes que sempre dispunha de escravos de aluguel para o serviço doméstico. Como na maioria das vezes a oferta ou procura de escravos de aluguel para trabalhos domésticos, fazia-se em endereços de estabelecimentos comerciais, acreditamos que isso indicasse que os proprietários morassem no próprio local, o que aliás era comum.

O escravo de aluguel era também designado como alugado. Precisa-se de um(a) alugado(a) para tais tarefas.

(35) Idem, Ibidem, p 152

A Imperial Olaria de Antonio Carlos Sampaio Peixoto, que como vimos mantinha um número grande de escravos a seu serviço, diante da quantidade de escravos que às vezes se propõem comprar, mantinha a seu serviço escravos de aluguel, oferecendo nesse sentido "bom jornal, sustento, moradia, médico e botica", vantagens naturalmente possíveis num estabelecimento de porte (Gazeta de Campinas, 6-4-1873, p. 3). O curioso é que o mesmo estabelecimento em determinadas situações, cuja natureza desconhecemos, oferecia também escravos para alugar, particularmente para serviços domésticos, o que também acontecia a escravos que pretendia vender (Gazeta de Campinas, 6-11-1873, pp. 2 e 3).

Agradeço a Sidney Chalhoub a atenta leitura e as observações críticas.

BIBLIOGRAFIA

- ALGRANTI, Leila Mesan. O feitor ausente. Petrópolis. Ed. Vozes, 1988.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Onda negra medo branco, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1987.
- CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1990.
- EISENBERG, Peter L. Homens esquecidos, Ed. Unicamp, Campinas 1989
- FREYRE, Gilberto. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. Recife, Imprensa Universitária, 1963.
- MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). População e sociedade. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1988.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
- SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. Negro na rua. São Paulo, Ed. Hucitec, 1988.
- SOARES, Luiz Carlos. "Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX" in Revista Brasileira de História, 16. São Paulo, ANPUH, 1988.
- SPINDEL, Cheywa R. Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1988.
- REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense. 1986.



